

Disfarces e deformação por transferência¹

Disguises and transfer deformation

Laurence Kahn², Paris

No segundo prefácio de *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900/2012) escreve: “No percurso desses longos anos de trabalho acerca do problema das neuroses, titubeei repetidamente e frequentemente não soube mais o que pensar. Cada vez, era ‘a interpretação do sonho’ que me fornecia a convicção”.

Onde reside o poder do “livro do sonho” em fornecer tanta força e convicção a Freud? Certamente no fato de que o sonho, patologia normal da vida psíquica, pela sua própria universalidade, elevava as descobertas teóricas reveladas pela sua interpretação à categoria de “paradigma”. Em segundo lugar, devido ao fato de que essa interpretação implicava a elaboração de um método de escuta que permitia desvendar o enigma da fonte do sonho: com a sua elucidação, revelaram-se todo o campo da realidade psíquica e a potência das fantasias de desejo inconscientes – o que solucionava, em parte, as hesitações de Freud quanto ao peso da realidade material dos

1 Conferência proferida na Jornada Anual da Constructo Instituição Psicanalítica, nos dias 19 e 20 de agosto de 2022.

2 Membro efetivo e analista didata da Associação Psicanalítica da França (APF). laurence.kahn@wanadoo.fr

eventos traumáticos na formação dos sintomas. No entanto, seu poder reside, sobretudo, no fato de que esse método interpretativo, que ligava da maneira mais estreita possível a associação livre e a atenção flutuante, fê-lo aprender que as transformações operadas pelo trabalho do sonho trabalham no sentido da deformação, a serviço da censura.

Entretanto, se Freud precisou reencontrar força e convicção foi devido ao fato de que a recepção reservada a essa hipótese *princeps* da psicanálise foi glacial: “Meus colegas da psiquiatria”, prossegue Freud nesse prefácio, “parecem não ter feito o mínimo esforço para superar o sentimento inicial de estranhamento que minha nova abordagem do sonho poderia suscitar”³. Em 1914, em *A história do movimento psicanalítico* (1914/2005), ele recorda como as críticas endereçadas à psicanálise sempre foram as mesmas desde o momento de sua descoberta. Muito antes da manifestação das perspectivas abertamente adocicadas de Jung, foi sempre a mesma vontade de simplificar o modelo, de arredondar seus ângulos, de fazer do inconsciente um estranho menos estranho e da interpretação um processo mais cultural e criativo, que guiou seus adversários.

Em 1933, Freud reafirma que a teoria do sonho permanece sendo o *schibboleth* (a singularidade, a marca registrada) da psicanálise. Após ter retornado aos mecanismos do sonho de maneira detalhada e introduzido a modificação da compulsão à repetição, ele postula que, mesmo em relação aos sonhos que trazem as mais vívidas fontes de desprazer, “não podemos menosprezar o esforço do trabalho do sonho que deseja negar o desprazer através da deformação, que almeja transformar a decepção em autorização” (FREUD, 1933/2004, p. 110). Portanto, ele sustenta o argumento de que, nesse período, a invenção da apresentação deformada constitui o paradigma dos efeitos do Id na superfície psíquica. Certamente, desde 1900, os termos do conflito intrapsíquico foram modificados. Contudo,

3 Segundo prefácio de *L'interprétation du rêve*.

essa modificação não anula de modo algum a constatação de que nada desse conflito seria acessível somente para além das formas que se apresentam, inclusive as formas repetitivas do sonho traumático. A atividade do sonho, simplesmente, “entra em colisão” – em suas palavras – com a ação de outras forças que a ela se opõem. Em outras palavras, se com a segunda tópica a instância do Id substituiu a do inconsciente, a primeira tópica constitui a referência de Freud no que concerne à prática da análise.

Entretanto, atualmente, a primeira tópica passou a ser considerada uma ferramenta obsoleta. Designadamente devido ao fato de que seria incapaz de dar conta das “novas patologias”, em particular no que concerne aos casos-limite. Sua economia psíquica obedeceria a um princípio de “infigurabilidade”, de modo que a primeira tópica – estranhamente reduzida a um campo no qual prevaleceria uma “simbolização inconsciente” – seria inoperante. Pelo contrário, nos tratamentos de pacientes *borderline*, o analista seria levado a dar forma ao “irrepresentável” de acordo com as modalidades que ultrapassariam as operações do trabalho psíquico tal qual concebido por Freud antes de 1920⁴.

Nessa perspectiva, a descrição dessas novas situações clínicas polarizou a atenção de diversos analistas que, na linhagem de Bion, insistem nas relações recíprocas entre continente e conteúdo na interação dinâmica entre o pensar e o aparelho para pensar. Vemos aqui, com frequência, a exploração da conflitualidade intrapsíquica – com a perspectiva da resolução de conflitos entre instâncias inconscientes – desaparecer diante da necessidade de criar os espaços psíquicos que faltariam ao sujeito para conseguir, com êxito, transformar os “elementos beta” e acessar à possível *rêverie* da experiência emocional – a qual figuraria como o único caminho de passagem do

4 A partir do momento em que adentramos esses territórios até agora inexplorados, seremos confrontados pela necessidade de pensar em termos absolutamente novos as condições do processo em curso nesses tratamentos, e designadamente os caminhos que permitem o acesso às relações objetais primárias – o que a grande fragilidade narcísica desses pacientes requer.

impensável aos primeiros estados da simbolização⁵. É dessa forma que a análise é frequentemente remetida à prática de uma interpretação no “aqui e agora” da sessão, que ignora muitas vezes os mecanismos de deformação⁶. Não obstante, no meu modo de ver, a segunda tópica não pode ser concebida sem a primeira tópica, inclusive no que se refere aos limites do funcionamento em processo primário. A primeira tópica constitui, de fato, a ferramenta prática que permite compreender os mecanismos de descondensação, pois ela é a pedra angular daquilo que Freud desenvolve a respeito da regressão: quando se fixam umas às outras a forma visual da alucinação onírica, a função da ação transferencial e os fragmentos decompostos da língua.

A primeira tópica permanece sendo tanto mais essa ferramenta prática uma vez que Freud introduz, no rastro da deformação do sonho, a noção de “deformação por transferência”, a qual está intimamente associada à deformação pelo afeto. É nesse primeiro perímetro que situarei as armadilhas de uma designação, de uma qualificação da transferência que frequentemente negligencia o problema do disfarce em prol da credibilidade do afeto. No entanto, o afeto pode participar, em primeiro plano, do disfarce dos conteúdos inconscientes que emergem na consciência.

Mesmo considerando-se que a noção de “deformação por transferência” foi introduzida apenas em 1912 em *A dinâmica da transferência*, suas premissas se fazem presentes desde o momento em que Freud abordou,

5 Vide, por exemplo, o trabalho de Thomas Ogden (2006, pp. 860-877). Nesse sentido, pode-se, até mesmo, sustentar o argumento de que o fracasso psíquico conduziria à aniquilação de todo conflito interno, o essencial dessas situações oriundas de um completo desinvestimento provocado pelo efeito devastador de um “trauma psíquico catastrófico” (TARANTELLI, 2003).

6 E com razão, pois o *Entstellung* se revela, por fim, sempre apoiado em uma teoria das transferências de intensidade (o que Freud designa como a transvaloração dos valores psíquicos) (FREUD, 1900/2012, p. 374).

no que concerne ao sonho, a noção de deformação pelo afeto. Partamos daquilo que Freud (1900/2012, p. 173-177) elabora na análise do sonho de “Tio Josef”. Demonstrando como os sentimentos perceptíveis do sonho – ternura e compaixão manifestas – se mascaram, na verdade, de hostilidade dos pensamentos latentes, ele compreende um dos paradigmas do mascaramento a partir do qual passa, na lógica demonstrativa de *A interpretação dos sonhos*, a construir a oposição entre conteúdo manifesto e conteúdo latente: a ternura manifesta está a serviço da resistência, destinada a dissimular os desejos proibidos pela consciência. A percepção afetiva “vivenciada” em sonho, portanto, não é confiável para acessar os dados inconscientes. Por outro lado, essa “vivência” e sua “evidência” são um dos pilares do funcionamento alucinatório do sonho: o crédito que atribuímos sempre à prova dos nossos sentidos, acompanhada do coeficiente de “presença” do sentimento, permite ao sonho apresentar como realizado, como consumado aquilo que não passa de um desejo. Daí advém a necessidade de proceder ao dismantelamento da certeza sensorial e afetiva na análise do sonho.

Entretanto, para Freud, é justamente à mesma desconstrução que devemos proceder quando somos confrontados pela transferência. A transferência não é dita, ela faz (abordarei essa questão de forma detalhada em minha segunda conferência). É ali que a disparidade entre a inscrição inconsciente e sua expressão *manifesta* toma seu mais significativo relevo – aspecto retomado, por exemplo, em *A questão da análise leiga*: pedimos ao paciente que diga não somente o que sabe, mas também o que não sabe (FREUD, 1926/2015, pp. 9-13). Contudo, paciente e analista ignoram, de início, a identidade do hóspede clandestino que é a fantasia inconsciente. É isso que Freud descobre com Dora e com a experiência do caráter maciço do fenômeno transferencial. Enquanto anteriormente concebia as transferências como reprodução de estados psíquicos anteriores sob a forma de “cópias” parcialmente sublimadas, a interrupção do tratamento

por parte de Dora lhe ensina que o afeto inconsciente mobiliza o agir de uma forma completamente diferente, que não lhe permite supor a boa-vontade manifesta de sua paciente. (Retornarei, também, de forma detalhada, a esse ponto em minha segunda conferência).

A partir desse momento, Freud sabe que a transferência obtém sua produtividade notável no tratamento de sua posição na interface entre o conflito intrapsíquico e a relação interpéssica entre os dois protagonistas da situação analítica. Contudo, essa produtividade apenas é utilizável sob a condição de que o analista não se deixe levar pela clareza aparente daquilo que é dito – clareza que irá acobertar, até mesmo mascarar, a forma através da qual a transferência, simultaneamente resistência e expressão, pode tomar uma via oposta àquela, perceptível, dos sentimentos vivenciados. Em outras palavras, Freud também aprende que o afeto é parte integrante na “deformação” (*Entstellung*) da transferência e participa das artimanhas que o inconsciente opõe à perlaboração.

É nessa perspectiva que a oposição entre conteúdo manifesto e conteúdo latente permanece sendo um ponto absolutamente central no entendimento de todos os derivados psíquicos e, particularmente, na compreensão da transferência. O princípio do mascaramento, da deformação, do disfarce é, aqui, fundamental – aquilo que emerge à superfície da consciência não pode nunca ser tido como uma “força bruta” que nos colocaria em contato direto com a economia psíquica⁷.

7 (Refiro-me, aqui, a uma discussão pública que tive com André Green) André Green (1999, pp. 255-259 e 264-266, em particular), que se debruçou inúmeras vezes sobre situações nas quais prevalece a discriminação entre o afeto e a representação, parte desses estados de “deserança afetiva” e demonstra como a ausência do que designa como “formações intermediárias” deve ser associada à hipótese de uma massa energética de moções pulsionais não elaboradas. Essa hipótese coloca em primeiro plano a descrição “econômica”. Para dar conta desses estados dominados por movimentos afetivos confusos, incontrolláveis e dissociados de todo laço representacional, ele faz a hipótese de uma inadequada “cobertura psíquica da mãe” – o que teria dificultado a constituição de autoerotismos e de uma “reserva pessoal” que permitisse ao

Na verdade, a oposição entre conteúdo manifesto e conteúdo latente fornece a medida da importância da distinção operada por Freud entre *Darstellung* e *Vorstellung* – termos perfeitamente diferenciados em sua escrita. O valor dessa distinção é, talvez, teórico. Contudo, ela é, antes de tudo, prática. Ao diferenciar a “apresentação/presentificação” (*Darstellung*) da “representação” (*Vorstellung*) e ao distinguir entre o processo do “tornar-consciente” (o *Bewußtwerden*) e a função do “ser-representado ou ser-colocado” (o *Gesetzt der orgestelltwerden*), Freud coloca em oposição duas modalidades da apreensão consciente. A primeira, *Darstellung* – isto é, a *apresentação* – corresponde à via utilizada pela formação inconsciente para se fazer conhecer de maneira mascarada à consciência, “contornando o recalque” (FREUD, 1905/2006, p. 195). A segunda, *Vorstellung*, corresponde, propriamente, ao ato de *representação* através do qual a consciência coloca diante da mente aquilo que é seu objeto de pensamento. A primeira modalidade da apreensão consciente diz respeito, portanto, aos efeitos da pressão exercida pelo recalcado, tendo em vista seu retorno ao campo

sujeito se desligar da necessidade imperiosa de experienciar sua própria subjetividade através de sua repercussão no outro. Para conseguir modificar esse estado de “cativo da função de representação pelos derivados pulsionais”, é necessário, portanto, introduzir a ligação entre o funcionamento pulsional e a resposta do objeto. Contudo, na exploração desse ponto de vista econômico, André Green (1999) é levado a se basear na noção de uma “forma bruta”. Forma bruta percebida pelo analista e que remeteria à “expressão de uma força pulsional bruta” (*ibid.*, pp. 259 e 250), testemunha da não elaboração, da não hierarquização das energias de investimento na rede das representações inconscientes. A forma, expressão direta da força, irromperia, assim, no estado livre da consciência, atualizando-se nas descargas violentas do *Agieren* transferencial, na desorganização somática, no desastre de uma aniquilação impensável por ser subtraído de todo cenário inconsciente. Contudo, como compreender, aqui, a noção de “forma bruta”? E como pensar, simultaneamente, a força e a expressão? A forma bruta não remeteria à própria tensão? Qual seria, então, a diferença entre a tensão e o afeto? De acordo com André Green, que “o afeto seja um movimento em busca de uma forma”, que ele seja “investimento de espera sob a forma da preparação antecipatória ao encontro com um objeto”, não indica que seja necessário fazer da forma a refração sem desvio da força, menos ainda sua expressão. Como o afeto pode perder a complexidade de seu status de delegado pulsional? E cada vez que Freud se refere à “moção” em vez de à representação inconsciente – e isso desde o capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* –, será que ele não o faz com o intuito de conseguir compreender o sistema de transporte em direção à *qualidade* daquilo que é inscrito como *quantidade* sem qualidade? 8 N.T. Ambos os termos são utilizados em português.

consciente. A segunda modalidade remete, por sua vez, ao conteúdo ideacional e referencial de toda representação.

Contudo, a consciência pode entrar em contato com a “apresentação/ presentificação” daquilo que ela não “representa” – ou, de maneira mais exata, daquilo que é a ela proibido de representar-se –, a apresentação/ presentificação ocorrendo sob a condição de desligamento de todos os sistemas de referência ordenados pelo pensamento racional. Daí deduz-se que as superfícies são fachadas que não devem jamais ser tratadas “em massa”, mas sempre “em detalhe”, fragmentando, desarticulando a coerência aparente da formação psíquica. E isso não é absolutamente da natureza da elaboração secundária do sonho. A deformação, ou seja, o que serve de “cobertura” à apresentação, funciona para o ato falho, o lapso, o sintoma. Assim, essa paciente abordada por Freud (1913 [1912-1913]/ 2009c) em *Totem e tabu* decreta a proibição de lâminas de barbear e de facas em sua casa, pois o lugar onde seu esposo as afia é próximo de uma loja de artigos funerários. Em sua explicação, aparece somente sua fobia da morte de forma generalizada. Contudo, podemos ter certeza, escreve Freud, de que, se essa proximidade de lojas não existisse, a proibição de lâminas teria, ainda assim, ocorrido. O motivo seria, simplesmente, outro. “A rede das condições foi estendida o bastante para apanhar a presa de qualquer maneira”, escreve Freud (*ibid.*, p. 307). Em outras palavras, uma outra forma fortuita teria permitido expressar e realizar o desejo que deveria permanecer oculto – a verdadeira coerência da proibição formulada pela mulher está associada à realização alucinatória de desejo dissimulada na proibição: o desejo de morte contra o marido.

Seja qual for, portanto, o território, analista e paciente são sempre convidados a “tatear” a superfície psíquica para identificar as falhas, as alterações, as discordâncias que indicam a interferência de um ato psíquico inconsciente. Isso é o que a manifestação do inconsciente sempre permite,

pois, se a fachada pode “imitar” a lógica da experiência ou a racionalidade de um pensamento secundarizado, “o sucesso nunca é perfeito a ponto de não demonstrar alguma sorte de insensatez, uma ruptura (*ein Riß*) na trama”, afirma Freud (*ibid.*, p. 305).

Isso também se encontra no cerne da questão da perlaboração da transferência. E relembro, aqui, o conselho de Freud (1911/2009a, p. 44): quando o analista é confrontado, em um tratamento, por uma superabundância de material onírico e suspeita da existência de uma manifestação da resistência nessa pletera, ele terá como única “regra” “conhecer, em cada um dos momentos, a superfície psíquica do paciente”, a fim de “estar apto a saber quais complexos e quais resistências são mobilizados nele”.

Se Freud fala, nessa ocorrência, de “superfície psíquica”, ele se refere mais aos entrelaçamentos entre análise dos sonhos e deformação por transferência do que à análise dos sonhos por si só. De uma maneira geral, a ação do recalque ocorre por desqualificação da moção censurada (apenas mantendo-se inscrita em estado de traço mnêmico)⁹. Contudo, a *requalificação* desse traço mnêmico na atualização transferencial, longe de tomar o traçado de origem, passa pelos elementos que estão ao alcance do pré-consciente: os traços próprios e perfeitamente contingentes do analista e os externos, também contingentes, de seu ambiente, que são como *analogons* de restos diurnos.

O modelo do trabalho do sonho é extremamente útil para compreender a

9 O recalque incide, a bem dizer, apenas sobre o representante-representação da moção pulsional, sua função é de evitar o retorno do afeto de desprazer desqualificando a representação que o provoca e fazendo com que ela retorne ao estado de traço mnêmico. O afeto é, portanto, o que desencadeia o processo, um recalque bem-sucedido se confrontando à luz do desaparecimento da sensação penosa (FREUD, 1915a/2005b, pp. 195-195; 1915b/2005c, pp. 216-218).

transferência, aspecto desenvolvido por Michel Neyraut (1974, pp. 123-154) na distinção entre dois níveis: por um lado, a transferência *explícita* em oposição à *implícita*; e, por outro lado, a transferência *manifesta* em oposição à *latente*. Se a transferência explícita designa “nomeadamente o analista como pessoa específica”, a transferência implícita não faz referência direta à pessoa do analista. Assim, não há nenhuma transferência *explícita* da parte de Dora em relação a Freud – o que não impede que a transferência *implícita* seja muito intensa e se dirija devidamente a ele. Em termos simples, a implicação de Freud deve ser decodificada e interpretada por ele – o que sempre impõe a ameaça “de objetivar” prematuramente a transferência e de imobilizar o processo. Contudo, o desenvolvimento do processo transferencial é indispensável para compreender seu teor *latente* – o modelo do trabalho do sonho funcionando, aqui, de forma plena, na medida em que a transferência *manifesta* corresponde à fachada da transferência *latente*.

O exemplo fornecido por Neyraut (*ibid.*) é o do paciente que foi escutar o ensinamento de uma escola psicanalítica completamente diferente daquela de seu analista. Na sessão seguinte, o paciente diz: “Eu o traí” – aspecto que Neyraut (*ibid.*) relata em sua primeira abordagem à “traição” de orientação analítica. Contudo, em um segundo tempo, ele liga a traição à menção feita pelo paciente “de um forte sentimento de inibição intelectual”. No entanto, Neyraut (*ibid.*) reconhece, ali, o título de um de seus próprios artigos. É então, e apenas então, que ele interpreta: “[...] Ou você permaneceu fiel a mim”. O que Neyraut (*ibid.*) elabora, nessa divergência entre *manifesto* e *latente*, é a fantasia de seu paciente durante a infância referente à necessidade constante de ter de escolher entre seus dois pais separados, não podendo abandonar um sem trair o outro. A fidelidade, dissimulada no cerne da traição, é, portanto, a fidelidade por “inibição” e a fidelidade aos laços edípicos.

Compreende-se, aqui, como uma qualificação apressada da transferência corre o risco de se apoiar apenas na sua fachada *manifesta* e de perder seu aprofundamento – aprofundamento que deve ser capaz de se desligar dos afetos explícitos. No caso proposto por Neyraut (*ibid.*), a angústia e a culpa, por mais dolorosas que sejam na experiência consciente, traduzem de forma plena uma realização inconsciente, fonte de satisfação. Encontramos, aqui, um dos nós da dinâmica psíquica: o que é prazer para uma instância é desprazer para outra. É precisamente ali que age a deformação por transferência.

Afirmei, anteriormente, que Freud introduz a noção de “deformação por transferência” em 1912 em *A dinâmica da transferência*. Ele ressalta, então, que “quanto mais longo um tratamento”, mais o paciente reconheceu que deformações do material psíquico são insuficientes para dissimular o núcleo inconsciente, e mais ele irá fazer uso da única forma de deformação que seja verdadeiramente eficiente: a deformação por transferência (FREUD, 1912/2009b, p. 112). Portanto, a transferência não pode jamais ser tida como um puro reflexo. É em torno de um objeto deslocado que ocorre a perlaboração no tratamento. É isso que Freud indica em nota: “Quando, em uma batalha, disputamos com uma obstinação particular a posse de uma certa igreja ou de uma fazenda isolada, não temos necessidade de supor que a igreja é, seja o que for, um santuário nacional ou que a casa abriga o tesouro do exército. O valor dos objetos pode ser simplesmente estratégico, e pode ser somente relevante nessa batalha em particular”.

A neurose de transferência, portanto, dá lugar a uma neo-criação: “uma neurose remanejada”, desenvolvida em torno desse novo objeto, que se tornou central: o analista. E Freud (1916/1999, p. 564 e 578) insiste, em *Conferências introdutórias*, no fato de que, sob a ação da transferência, “todos os sintomas do paciente abandonaram sua significação originária

e se reorganizam em torno de um novo sentido”. E, dessa vez, trata-se diretamente da questão da transferência paterna. Substancialmente, Freud (1916/1999) levanta a hipótese de que a transferência paterna pode ser apenas o campo de batalha no qual o analista se apoderou da libido, enquanto a libido do paciente provém, na verdade, de outras posições. É a resistência que produz essa deformação das posições com a mesma metáfora clausewitziana: “a defesa da capital inimiga não precisa necessariamente ocorrer justamente às suas portas”. Será somente, por conseguinte, uma vez resolvida, elaborada a transferência que o analista poderá “reconstruir em pensamento a repartição da libido que estava em operação durante a doença”.

Há, portanto, uma diferença entre a repartição da libido no cerne da neurose propriamente dita e a repartição da libido no cerne da neurose de transferência, ou seja, em torno do polo analítico sobre o qual a libido do paciente se reagrupou no tratamento. De modo que, se essa massa libidinal pode perfeitamente derivar de outras posições, será, não obstante, “errôneo concluir que o paciente sofreu previamente de um tal apego inconsciente de sua libido ao pai”, afirma Freud. A ligação pode perfeitamente ser, originariamente, uma ligação com a mãe. E o apego positivo pode muito bem dissimular um forte componente negativo. Em outras palavras, é precisamente a partir das posições pulsionais envolvidas no tratamento que o analista poderá *construir* as posições pulsionais que se encontravam na fonte da neurose. Nesse sentido, a transferência dita “paterna” pode perfeitamente ser uma deformação por transferência do mais duro, mais obscuro núcleo da neurose – ou seja, a ligação com a mãe... e, nesse caso, qual ligação? Pois, ali ainda, nomeá-la “transferência materna” não diz nada sobre aquilo que é veiculado nas distribuições pulsionais em jogo.

Assim, quando reconstituo *a posteriori* o desenvolvimento da transferência, incluindo a relação com Julia, avalio em que medida esta abriu o acesso

a uma parte que eu não tinha conseguido assimilar anteriormente – sem dúvida, devido à minha surdez. Contudo, esta era, em parte, o produto da ação de resistência do agir transferencial. Eu havia sido retida em um dispositivo em que o masoquismo, a busca da posição da criança amada, por ser espancada e humilhada, a busca ativa do sofrimento nas derrotas de uma guerrilha tão provocadora quanto já perdida, havia, pouco a pouco, revelado a intensidade da cena homossexual.

Esse aspecto da transferência – que havia provavelmente ocupado o campo relacional durante os primeiros anos do tratamento de Sr. R. com seu primeiro analista – pôde ser perlaborado comigo. No entanto, deve-se considerar pertinente a qualificação de “transferência paterna”? Nada é menos certo. Com frequência, durante esse período da análise, fui, aliás, levada a me perguntar até que ponto a elaboração do complexo paterno não foi viabilizada devido ao fato de que eu era justamente uma mulher e não um homem: em outras palavras, justamente devido ao fato de eu ter poucos meios, mesmo se tudo fosse feito para me conferir muitos e me culpar por eles.

Em outras palavras, meu pertencimento ao gênero feminino, esse resto diurno que eu era, disfarçava em si suficientemente a fantasia homossexual para que o investimento, por parte do Sr. R., da posição feminina, possuída e maltratada, pudesse emergir. Eu era lisa, ou seja, desprovida da saliência de um pênis; assim, devido ao fato de que o gancho fálico faltava aos olhos do Sr. R., a excitação associada à figura paterna pôde passar ao primeiro plano – a realidade dos meus atributos sexuais dissimulando suficientemente o teor homossexual da realidade psíquica atuada por e na transferência. Na mesma perspectiva, podemos afirmar que a cena do banheiro pôde ser relatada não por eu ser dotada da potência do pai, mas antes por eu ser desprovida desta, e que o Sr. R. prosseguiu seu relato sob a proteção do

sentimento de que, apesar de tudo, minha mão continuaria sempre fora do saco.

A deformação por transferência, localizada no próprio cerne da relação analítica, funcionava, portanto, de forma plena, o que permitiu o desenvolvimento do investimento das posições passivas, bem como a sua interpretação. Contudo, a elaboração dessas posições e de suas inversões colocava a batalha pelo reconhecimento da dor e do gozo masoquistas e pela tomada em conta da identificação feminina, no único perímetro do pináculo paterno, sob o aspecto de seu poder discricionário e de sua arbitrariedade.

Assim, tudo ocorria como se eu não conseguisse dar conta da dissimilitude entre neurose de origem e neurose de transferência, como se eu tivesse permanecido surda à advertência de *A dinâmica da transferência*, em que Freud (1912/2009b) alerta sobre o fato de que lidamos, na transferência, apenas com a captura do dispositivo libidinal, possibilitada pela situação analítica. Tal observação, aliás, vai ao encontro de uma das linhas principais da reflexão de Michel Neyraut (1974) sobre a transferência, a saber que “a transferência é mais verdadeira do que real”. Ela é somente o produto de um movimento – movimento pelo qual se desloca a estrutura das posições libidinais. Contudo, ela não é a estrutura por si só. Ela não é, portanto, um estado da regressão que seria desvelado pelo processo analítico. Ela é o modo original a partir do qual, quando dessa regressão, o mundo objetal se constitui. Aliás, é “na exata medida em que a transferência não é real, mas verdadeira, que ela pode restituir aos elementos deslocados seu valor mnemônico, e desmascarar suas falsas atribuições” (*ibid.*, p. 218-219).

Em outras palavras, se a repetição é o retorno do mesmo, não é, no entanto, o “mundo interno” do paciente, transladado enquanto tal para a arena do tratamento, que a transferência atualiza. É uma certa conformação dos derivados inconscientes, conforme o território da relação os permite

encontrar matéria para realização e agir transferencial. O que é imutável, o que está para além do tempo – o núcleo rígido da transferência e o núcleo rígido da repetição – é a estrutura fantasiosa e pulsional. A expressão dessa estrutura, determinada pela translação no território da relação intersíquica, é o produto de um movimento que necessariamente gera modificações na manifestação do conteúdo inconsciente.

Assim, no caso do Sr. R., o investimento pulsional do masoquismo tomava corpo na fantasia homossexual da qual a realidade material da minha feminilidade possibilitava simultaneamente a atualização e o disfarce. Contudo, se a busca de uma ação violenta levava justamente a esse núcleo de verdade, o agir conseguia manter a angústia de castração na região onde o pai aparecia como o único motor da ameaça. Foi apenas com o episódio-Julia que essa deformação revelou o conjunto da operação que ela encobria. Descobriu-se, então, que a busca do Sr. R. se organizava, pelo menos em parte, em torno de um falo materno, destinado a simultaneamente contrainvestir a angústia de castração e assegurar-se do fundamento real do perigo. A tal ponto que ele se permitiu interrogar-se retrospectivamente acerca do que condenou a primeira análise ao impasse: seria a identidade sexual real do analista que funcionou como linha de resistência contra a elaboração da cena homossexual? Ou seria a crítica, tão violenta quanto ignorada, feita ao analista de não ser uma mulher e sim um homem? Uma coisa é certa: as injúrias infligidas por Julia, realmente obtidas, mascaravam a suavidade do chantili, a qual mascarava, por fim, o mergulho no fundo de um pote do qual o homem não pode se “desprender”.

Essa parte da organização psíquica tinha, então, sido selada, não por ser somente composta de moções hostis, mas por ser igualmente feita daquilo que mantinha Sr. R. junto a mim: que eu lhe revelasse o segredo do meu mundo. E, de fato, ela emergiu em tais “circunstâncias” que a decepção – essa saída que ele percebia como inevitável quando a ilusão caía por terra

e a ausência do pênis feminino se descortinava –, então, não me afeta. Julia foi abandonada, mas a análise seguiu, permitindo trazer à luz a atração exercida pelo falo materno. Contudo, precisei esperar a ameaça da interrupção do tratamento para poder interpretar o papel capital atribuído à felicidade feminina.

Voltemos, uma última vez, ao fato de que os elementos acessíveis à compreensão consciente não são, talvez, nada além de disfarces. Parece-me que é o próprio teor do exemplo *princeps* do *Agieren* que Freud (1914a/2005a) propõe em *Recordar, repetir e perlaborar*: o do paciente que chega, um dia, ao consultório anunciando que não tem mais nada a dizer. Ele está desorientado. Ele gostaria muito de fazer o que o analista espera dele, mas nada lhe vem à mente – seu silêncio manifesta o desamparo e solicita auxílio. Assim, escreve Freud (*ibid.*, pp. 189-190), “o analisando não conta que ele se lembra de ter se oposto e sido incrédulo (*ungläubig*) contra a autoridade dos pais, mas se comporta de tal forma em relação ao médico”. Permanecer calado é sua maneira de lembrar-se. Nesse caso, a insubmissão atuada, mas não pensada, repete uma atitude homossexual.

Acrescento que se pode, além disso, considerar que essa atitude homossexual se manifesta, ainda, de duas maneiras opostas e simultâneas: na vertente do confronto hostil, opondo o silêncio; e na vertente da aproximação, requerendo tratamento e calor. Certamente, pode-se afirmar que a aparência de fraqueza permite a esse paciente agir o desafio mascarando a hostilidade pelo pedido de ajuda. Contudo, pode-se afirmar, também, o inverso: o analista toma como desafio o que é uma demanda de ser socorrido – omitindo um real desamparo infantil que, com o tempo e no percurso das identificações edipianas, não deixou de se sexualizar. E pode-se, ainda, afirmar que as duas correntes estão ali, copresentes, e que entre demanda de amor e ódio, a decepção e a espera fizeram seu trabalho,

trazendo à tona um dos aspectos do conflito intrapsíquico do paciente: o desamparo, contrainvestido pelo desafio, compõe a matéria de uma dor regida pelo masoquismo.

É nessa perspectiva que se insere a recomendação enunciada por Freud (*ibid.*, p. 191) nesse mesmo texto: não se deve “tratar a doença como uma questão de ordem histórica, mas como uma potência atual”, pois o modo de compreensão histórica não seria nada além do modo de resistência do analista à própria ocorrência da transferência.

Pierre Fédida (1992) desenvolve esse ponto longamente em *Crise e contratransferência*. O analista deve ser capaz de renunciar à sua própria intencionalidade explicativa para conseguir alcançar o sexual infantil enquanto atualização de um modo alucinatório do jogo pulsional. Ora, a intencionalidade explicativa é sempre temporal, na medida em que o evento do presente vem ajustar-se à circunstancialidade da infância. Fédida (1992, p. 55) identifica, ali, um desvio da atenção do analista, pois, nesse caso, escreve ele, “a atenção se reintencionaliza em prol da causalidade se o evento do infantil, em vez de ser reconstruído, é *visado* por um tipo de *vontade de compreender o presente através do passado*”. Como, nessas condições, a *resistência do analista* não se encaixaria no desejo do paciente de manter-se no plano de uma narrativa pré-consciente e necessariamente comemorativa?

Se “o paciente vê a transferência como algo real e atual” (FREUD, 1995/2005a, p. 191), é, portanto, necessário que o analista dê tempo suficiente, antes de qualquer interpretação, para que essa dimensão transferencial possa se desenvolver. Contudo, de forma completamente inversa, a designação da transferência, sua qualificação, tentam circunscrever o inesperado do dispositivo pulsional. Certamente, quando Freud, em seus primeiros escritos técnicos, relaciona o fenômeno transferencial à operação através da qual o paciente insere o analista na série das figuras importantes da infância

– figura que ele designa como “protótipo”, *Vorbild* ou, de acordo com o termo emprestado por Jung, *imago* – ele tenta, de fato, articular a relação entre a fixação libidinal e o polo central dessa fixação. Todavia, se o analista se limita a uma designação do destinatário “autoqualificando sua própria pessoa” (termo utilizado por Fédida¹⁰), ele corre o risco de perder o cerne da questão inconsciente: ou seja, perder a impressão infantil que a descarga efetua na realização alucinatória, em prol de uma figuração materializada pela própria pessoa do analista.

A indagação que tentei fazer, hoje, com o caso do Sr. R. trata precisamente dessa complexidade dos investimentos pulsionais e das condições estranhas de sua emergência na transferência. É com uma mulher que a posição apaixonadamente passiva pode ser compreendida, revelando a transferência homossexual. E foi apenas em um segundo tempo que pôde se abrir a via da nossa subjugação mútua à transferência da fantasia de uma mãe com pênis.

Qual função pode ter, para o analista, a distinção entre transferência paterna e transferência materna, se não a de restaurar narcisicamente um esquivo desempate da diferença dos sexos? Ao fazê-lo, ele omite que a angústia de castração e os métodos inconscientes para negar seu reconhecimento se revelam, essencialmente, na situação das posições libidinais que o querer-agir inconsciente da transferência (o *Agierenwollen* pulsional) desvela ao disfarçá-lo.

Referências

FÉDIDA, P. *Crise et contre-transfert*. Paris: PUF, 1992.

10 Na página 58 e no capítulo “*Crise et métaphore*” de *Crise et contre-transfert*, assim como no capítulo “*L’interlocuteur*” de *Le site de l’étranger*.

- FREUD, S. (1900) “L’Interprétation du rêve”, in *OCF P*, IV. Paris: PUF, 2012.
- FREUD, S. (1905) “Fragment d’une analyse d’hystérie”, in *OCF P*, VI. Paris: PUF, 2006.
- FREUD, S. (1911). “Le maniement de l’interprétation du rêve en psychanalyse”, in *OCF P*, XI. Paris: PUF, 2009a.
- FREUD, S. (1912) “Sur la dynamique du transfert”, in *OCF P*, XI. Paris: PUF, 2009b.
- FREUD, S. (1913 [1912-1913]) “Totem et tabou”, in *OCF P*, XI. Paris: PUF, 2009c.
- FREUD, S. (1914a) “Remémoration, répétition et perlaboration”, in *OCF P*, XII. Paris: PUF, 2005a.
- FREUD, S. (1914b). *Contribution à l’histoire du mouvement psychanalytique*, in *OCF P*, XII. Paris : PUF, 2005.
- FREUD, S. (1915a) “ Le refoulement”, in *OCF P*, XIII. Paris : PUF, 2005b.
- FREUD, S. (1915b) “L’inconscient”, in *OCF P*, XIII. Paris: PUF, 2005c.
- FREUD, S. (1916) *Conférences d’introduction à la psychanalyse*. Paris: Gallimard, 1999.
- FREUD, S. (1926) “La question de l’analyse profane”, in *OCF P*, XVIII. Paris: PUF, 2015.
- FREUD, S. (1933) “Nouvelles conférences d’introduction à la psychanalyse”, in *OCF P*, XIX. Paris: PUF, 2004.
- GREEN, A. “Sur la discrimination et l’indiscrimination affect-représentation”. *Revue Française de Psychanalyse*. Paris, n. 63, 1999, pp. 217-272.
- NEYRAUT, M. *Le transfert*. Paris: PUF, 1974.
- OGDEN, T. “Maintenir et contenir, être et rêver”, in Green, A. (ed.). *Les Voies nouvelles de la thérapie analytique*. Paris: PUF, 2006.
- TARANTELLI, C. B. “Life within death: Towards a metapsychology of catastrophic trauma”. *The International Journal of Psychoanalysis*. Oxfordshire, v. 84, 2003, pp. 915-928.

Fontes consultadas

FÉDIDA, P. *Le site de l'étranger*. Paris : PUF, 1995.

GREEN, A. *La Pensée clinique*. Paris: Odile Jacob, 2002.

Tradução de **Vanise Dresch**

Revisão gramatical de **Bruno dos Santos Konkewicz**

Revisão técnica de **Mariana Biazi**

Laurence Kahn

72 Boulevard Richard Lenoir

75011 Paris, France

laurence.kahn@wanadoo.fr

© Versão em português da *Constructo – Revista de Psicanálise*